

Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação

Paulo André Leira Parente

Considerações iniciais

Nosso objetivo é apontar os novos campos e objetos de investigação da história construídos a partir do conceito de Nova História Social, que podem contribuir para uma ampliação da investigação na área da História Militar. São campos explorados nos últimos anos pela ciência histórica que alcançaram resultados positivos na compreensão do passado. Por isso, entendemos que a identificação de tais campos de pesquisa amplia e enriquece a produção historiográfica da História Militar. Destacadamente, nossa contribuição pretende fornecer subsídios para um diálogo entre historiadores de tradição militar e seus congêneres oriundos da tradição acadêmica, que, a nosso ver, deve ser pautado por procedimentos metodológicos de acordo com a nova metodologia científica aplicada a ciência histórica.

Não cabe neste espaço, nem é nosso objetivo no momento, realizar uma interpretação historiográfica valorativa ou teórica da produção dos historiadores sobre a História Militar brasileira. Não nos cabe julgar esta produção. Entretanto, podemos apontar para a renovação da investigação da História Militar no Brasil expressa através de grupos de pesquisa, publicações especializadas, coleções em importantes editoras das Forças Armadas e centros de memória e documentação que, em esforços individuais e institucionais, progressivamente ampliam a divulgação de novas formas científicas de compreensão do passado. O interesse atual pelos estudos relacionados à História Militar transcende as próprias instituições militares.

Sob um ponto de vista metodológico da Nova História, é necessário identificar a diferente valoração assumida pelos fenômenos históricos de natureza militar nas diferentes culturas, que se tornam objeto de estudo do historiador militar. Devemos entender a *guerra* como uma estrutura histórica dinâmica no tempo das civilizações, como outras estruturas históricas de investigação definidas pelos historiadores, tais como a economia, a cultura, a religião, o direito, dentre outras. Assim, a noção de *História* e o conceito de *guerra* não são os mesmos em todas as culturas e muito menos não são auto-evidentes aos historiadores. Portanto, o historiador da nova história militar não deve trabalhar o conceito de *guerra* como um conceito absoluto, mas sim como um conceito histórico relativo e instrumental pautado por uma metodologia específica.

Os conflitos armados apresentam um peso relativo nos temas militares conforme as correntes historiográficas, ou seja, o tema da *História Batalha* não é necessariamente um ponto de chegada analítico da história militar. Pode e deve, inclusivamente, ser o seu ponto de partida. Entretanto, nem sempre está presente nos trabalhos e nas pesquisas da nova história militar e nem por isso deixamos de ter uma História Militar metodologicamente construída.

As concepções científicas da história assumiram diversas facetas em sua estrutura metodológica, influenciando desta maneira os temas militares. Assim, a história militar não é um *ente* próprio dotado de autonomia científica em relação à Teoria e à Metodologia da História. A história militar foi construída a partir de pressupostos pró-

prios da ciência histórica, dentre outros pressupostos científicos, da mesma forma que diversos temas do saber histórico dotados de um campo de investigação definido, dentre os quais podemos apontar: a história econômica, a história do direito e das instituições, a história administrativa, a história da ciência e da tecnologia e seus diversos desdobramentos – a história da medicina, a história das doenças, a história da farmacopéia, a história da química ou da alquimia, a história do automóvel, a história do avião e a história do trem.

Dessa forma, em sua construção metodológica, a história, ao se apresentar como crônica, descrição ou apologia, corresponde à história militar se apresentar também como crônica, descrição ou apologia militar. Entretanto, esta não é necessariamente sua natureza como saber histórico, mas sim uma de suas manifestações metodológicas e historiográficas.

Optar pela problemática da investigação histórica sobre a *guerra* não implica, portanto, necessariamente produzir uma *História Tradicional*, descritiva e valorativa. A metodologia da história atualmente permite ampliar sua compreensão além das fronteiras da *História Batalha* e dos fenômenos políticos identificados com as *batalhas*. As novas metodologias desenvolvidas na ciência histórica recente permitem alcançar as múltiplas interfaces da História Militar, tais como a social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, dentre tantas outras.

Aspectos do conceito de guerra na tradição historiográfica ocidental

Na Grécia Antiga, a concepção da história estava baseada na noção de um tempo com movimento circular, cíclico, dotado de fases definidas expressas nas formas de governo que regiam os destinos da cidade. A direção do tempo manifestava-se no sentido rigoroso das origens para a decadência, repetidas vezes, dentro de um *Eterno Retorno* degenerativo. Na historiografia grega antiga,

destacadamente em Tucídides, Xenofonte e Políbio, a *guerra* assumiu um papel primordial, pois determinava o ponto de inflexão entre o apogeu ou decadência de uma fase para outra nas mudanças temporais que atingiam os homens e suas cidades. O conhecimento das guerras e seus desdobramentos interessavam não apenas aos *estrategos*, mas também aos políticos e aos homens que participavam das decisões relativas à cidade. Conhecendo as guerras antigas e suas manifestações, poderiam decidir com maior precisão sobre os problemas da cidade.

Na tradição romana, a historiografia concedeu um lugar privilegiado aos fenômenos militares, pois estes haviam conduzido a cidade à sua grandeza, a dominação do mundo mediterrâneo e ao Império. A historiografia romana elaborada por Tito Lívio, Júlio César, Suetônio, Plutarco, Tácito e a própria História Augusta definiram uma visão triunfalista e patriótica da *guerra* como uma ação inerente à grandeza do povo romano, sua ação temporal e dominação sobre outros povos, inclusive os gregos.

A cultura medieval, por sua vez, relacionou os fenômenos militares com a insegurança geral promovida pelas invasões da Europa, entre os séculos VI e XI. Após a passagem do milênio, a ideologia medieval subordinou a *guerra* à perspectiva bíblica do Apocalipse e ao providencialismo cristão e a identificou como um castigo divino, conforme observamos em Gregório de Tours e Joinville. Além disso, reservou a sua participação à nobreza, como um privilégio de ordem e condição da hierarquia social. Entre os séculos XIII e XVI, acompanhando o processo de formação das monarquias nacionais, surgiram as diversas crônicas gerais das monarquias, das nações e dos reinos, que privilegiaram os conflitos militares em sua formação e consolidação: a *vitória nas guerras* fazia surgir ou desaparecer as monarquias nacionais. A guerra de natureza senhorial, expressa na convocação das hostes feudais, transformou-se num fenômeno que ligava

o rei e senhores da guerra em um vínculo particular, a guerra por contrato.

Entre o renascimento e o iluminismo, na conjuntura de consolidação do Estado Nacional Absoluto e de *desenrascamento planetário*, as *guerras entre os Estados*, as *guerras civis* e as *guerras coloniais* se constituíram como tópicos diferenciados da reflexão historiográfica.

A instância militar no contexto do Estado absoluto se torna uma função privilegiada pelos monarcas, assim como, também, a Fazenda Pública e o Fisco. Nesse contexto, a valorização da Antigüidade Clássica fez surgir a admiração pelos modelos militares greco-romanos, tais como o enaltecimento do arquétipo dos grandes generais – Temístocles, Alexandre, Júlio César, Marco Antônio – ou, por outro lado hierárquico, a apologia do legionário romano como o modelo do soldado ideal. A Antigüidade Clássica tornou-se uma matriz universal da experiência militar e propositalmente delimito o tema a *guerra*, pois se tornou também uma matriz universal em outros aspectos culturais. As *guerras antigas* serviram como um modelo para se deduzir o conhecimento para as *guerras modernas* a partir do estudo científico e histórico de suas táticas e estratégias. Assim, a *guerra* é uma categoria relativa da história e não pode ser tratada de forma linear, pois foi percebida de maneira variada nas culturas – e aqui destacamos sucintamente apenas a tradição ocidental. O conceito analítico não pode ser confundido como um conceito absoluto.

Ao longo do século XIX, as historiografias Erudita, Positivista e Evolucionista – em suas vertentes variadas – valorizaram a *guerra* no contexto dos grandes temas da história política: o Estado, a formação do território, o estabelecimento das fronteiras, as relações entre os Estados etc. Os acontecimentos militares foram estudados de maneira científica (investigação metódica) e valorizados na medida em que reforçavam ou anulavam as características determinantes do Estado, seu crescimento, apogeu e declínio. Os dois principais mo-

delos historiográficos da História Militar foram elaborados por Clausewitz e Ranke. Destacamos dois grandes temas da historiografia que foram construídos neste contexto intelectual e que ainda se manifestam nos estudos militares atuais:

– A História Batalha: formada a partir da busca de uma descrição precisa e de uma análise detalhada dos eventos militares propriamente ditos cujo modelo é, ainda, a batalha de *Waterloo*.

– A História Militar: no contexto da História Política como explicação privilegiada e muitas vezes definitiva, o que pode remeter para a própria História Batalha em suas análises finais.

Estas vertentes historiográficas foram elaboradas a partir de uma metodologia científica própria do século XIX, mas, também, a partir do campo da *memória* conforme observamos na determinação de *Lugares da Memória* – campos de batalha, panteão de heróis da pátria, praças e monumentos comemorativos de batalhas ou de seus personagens.

A história militar foi influenciada ainda pelas vertentes historiográficas científicas preocupadas em encontrar as *leis sociais* do desenvolvimento histórico conforme os métodos definidos nas ciências naturais. Em suas doutrinas, positivistas e evolucionistas concordavam no aspecto de que a *guerra* era um resquício bárbaro das *sociedades militares*, que seriam gradativamente substituídas pelas *sociedades industriais* ou *positivas*, cujo principal requisito de existência seria a paz.

Comte e Littré consideravam a *guerra* como uma característica das etapas anteriores da história: a *teológica* e a *metafísica*. Esta última preparatória da fase *científica* ou *positiva*, que lhe sucederia, na qual as grandes nações territoriais seriam substituídas por pequenas pátrias, cuja a segurança estaria entregue ao encargo de polícias locais sem a necessidade de existência de exércitos.

Ao longo do século XX, o desenvolvimento de novas vertentes da história, tais como a história econômica, a história social e a história das mentalidades, tornou a história política e,

conseqüentemente, a história militar um campo desprezado pelas pesquisas históricas.

O estudo dos eventos militares ficou restrito ao campo da ciência política e da sociologia, conforme destacamos nos trabalhos de Gaston Bouthoul e Raymond Aron. A crítica contundente promovida pelo *Grupo de Annales* à História Política – generalizada como uma história “factual, tradicional, positivista e reacionária” – atingiu também a história militar e relegou ambas a um descrédito injusto por parte das academias e universidades. Este descrédito somente agora começou a ser revertido.

Propostas metodológicas e novos campos de investigação na pesquisa da História Militar

A História das Instituições

O primeiro nível de objetividade da História das Instituições é o estudo da história interna das instituições. Assim, a história institucional é reconstruída a partir dos aspectos jurídicos formais encontrados em documentos fundadores, reguladores, normativos, disciplinadores e organizadores das instituições em sua estrutura interna. Através destes documentos podemos reconstruir, também, os aspectos ideológicos que nortearam a criação e motivaram a atuação das instituições. Trata-se, portanto, de uma história interna das instituições. Entretanto devemos destacar dois problemas de ordem metodológica:

- O presentismo: ou seja, a importação de modelos teóricos da atualidade na explicação das administrações passadas;

- A redução do enfoque aos estratos superiores das instituições estudadas. Para corrigir este aspecto é preciso entender a instituição em seu conjunto administrativo, seus vários níveis hierárquicos e seus processos decisórios.

O segundo nível de objetividade da História das Instituições é a *Prosopografia*. Este é um dos campos mais complexos e fecundos para a

pesquisa na História das Instituições. Trata-se do estudo das biografias coletivas dos personagens e das carreiras dos indivíduos que, de alguma forma, se relacionam com a instituição estudada – inclusive de personagens externos que influenciam as instituições. O historiador, entretanto, deve ter cuidado para não criar um confinamento de sua compreensão. Por isso, é importante analisar também aspectos externos à instituição.

Através da *Prosopografia*, o historiador percebe o funcionamento concreto da instituição e não apenas os seus aspectos legais. É possível alcançar o nível da *instituição real* e transcender a compreensão da *instituição legal*. Durante a pesquisa deve-se levantar e relacionar os aspectos que unem os personagens envolvidos com a instituição, tais como:

- Origem geográfica, social e familiar;
- Os estudos realizados, a influência educacional (que pode ser percebida pelo estudo dos currículos), filosófica, ideológica e religiosa;
- A experiência administrativa, militar, as atividades anexas ou independentes, o desempenho nos cargos ocupados, a carreira anterior e posterior – se existir;
- As relações familiares, o compadrio, o clientelismo e a proteção: relacionar a esfera do público com o privado no âmbito das instituições;
- A inserção em redes políticas, econômicas e intelectuais: estudo dos grupos dentro das instituições, tais como grêmios, irmandades, confrarias e associações, ou seja, a multiplicidade dos agentes sociais no âmbito da instituição;
- Os conflitos decorrentes da própria presença ou atuação das instituições com grupos socioprofissionais locais, estruturas políticas, redes de poder etc.;
- O intercâmbio entre as instituições: é necessário pesquisar as trocas de serviços, as trocas políticas e profissionais trazendo os indivíduos para o primeiro plano e compreender as relações orgânicas entre as instituições;

- Integrar os documentos normativos de natureza legal e institucional com a prática promovida nas instituições e desvelar suas instâncias decisórias e seus mecanismos de poder;

- O estudo das relações institucionais entre as Forças Armadas e as instituições militares (Forças Armadas em sua relação com as Forças Armadas);

- Criar modelos integrados de explicação e conceitos novos, conforme sugerido por Max Weber e outros, por exemplo, a polissemia da palavra guerra – guerra clássica, guerrilha, guerra química e biológica, guerra civil, guerra econômica, guerra naval, guerra popular, guerra santa ou messiânica, guerra ideológica, guerra fria.

A aproximação entre a História Social e a História Militar

O desenvolvimento das metodologias da História Social, somado a sua própria capacidade de promover a interdisciplinaridade com outros ramos das ciências sociais e humanas, cria, no encontro da História Social com a História Militar, um dos campos mais fecundos da historiografia atual. A categoria História Militar em seus desdobramentos é entendida a partir de uma rede complexa de estruturas sociais, o que permite compreender a inserção das instituições militares e dos fenômenos militares nas sociedades historicamente constituídas. Assim podemos indicar como campos de estudo que estão amparados na atual metodologia da História Social:

- O estudo das Forças Armadas a partir de sua presença e atuação regional, destacadamente de sua inserção na vida quotidiana ao longo da história. Pouco se conhece sobre a atuação das Forças Armadas no âmbito de uma História Social e Regional (Ex.: atuação da FAB na Amazônia, atuação do Correio Aéreo Nacional, importância da Base de Natal para a população, inclusive após a Segunda Guerra Mundial etc.);

- O estudo das formas de recrutamento ou engajamento – forçado, sorteio, obrigatório, voluntariado – em suas ideologias e motivações, nos grupos sociais, étnicos, econômicos ou regionais que atingiu. Ou o contrário do recrutamento, o seu oposto simétrico, a deserção, tema sobre o qual pouco se conhece na História Militar, não apenas a brasileira;

- O estudo da História Social de gênero nas Forças Armadas: escravos, negros, mulatos, crianças, mulheres etc., em sua atuação e relações sociais;

- A pesquisa da origem social ou socioeconômica das diversas hierarquias nas Forças Armadas em sua relação com a formação pedagógica e atuação (profissional, política, social, ideológica) dos grupos militares: soldados, suboficiais, oficiais e oficiais superiores;

- As relações entre guerra e sociedade: a pesquisa das experiências pessoais dos soldados e sua vida quotidiana em tempos de paz ou durante as experiências de combate, a inserção social dos expedicionários das tropas brasileiras após a Segunda Guerra Mundial;

- Os processos de formação da mentalidade militar em diferentes momentos da história e sua relação com a atuação política dos altos oficiais (ou ausência de atuação) que desempenharam papel de destaque em diversos eventos da história do Brasil: abolicionismo, Proclamação da República, Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 1932, crises políticas do período populista etc.;

- A pesquisa dos arquivos estaduais referentes à Força, Arma, guarnição ou instituição estudada;

- Estudo dos conselhos de guerra, para o Exército e a Marinha, das cortes marciais e do próprio Direito Militar, para as Forças Armadas como um todo. Portanto, o estudo da cultura legal e judicial na esfera militar e suas interfaces: os códigos do direito militar, códigos de ética ou conduta. Ou seja, é preciso conhecer a evolução dos critérios e valores da ética militar.

A história e a memória militar

- A formação da memória militar e suas relações com a memória coletiva, a memória social e a memória nacional;
- O estudo das comemorações, feriados e efemérides militares;
- Estudo do significado das condecorações, emblemas, brasões, códigos de cores, sinais, gestos e símbolos;
- A presença da memória militar incorporada na memória nacional: seus símbolos, os personagens e vultos presentes nos dinheiros, moedas, selos etc.;
- O estudo das canções militares, cantigas da caserna, músicas e canções de trabalho, treinamento, combate, canções que se referem às forças militares em postura crítica ou de enaltecimento etc. É possível através das canções caracterizar os valores, crenças, significado, objetivos, ideologias etc.
- O estudo da construção dos vultos militares em sua perspectiva ideológica: os vultos fundadores das armas, tradições, instituições etc.;
- O estudo dos Lugares da Memória e seus significados ideológicos: panteão, mausoléus, praças, monumentos, campos de batalha etc. Destacar os valores que são enaltecidos e suas características;
- O oposto da memória: o esquecimento, os tabus, o que não é dito.

A história das idéias e a História Militar

- Relacionar os níveis da História Militar com as idéias em um determinado contexto histórico;

Referências bibliográficas

- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. SP: Unesp, 2002.
- CORVISIER, André. *A Guerra*. RJ: Bibliex, 1999.
- GIRARDET, Raoul. *A Sociedade Militar*. RJ: Bibliex, 2000.
- LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. SP: Cortez, 1992.
- WEHLING, Arno. *A Invenção da História. Estudos Sobre o Historicismo*. RJ: Editora Central da UGF e Editora da UFF, 1994.
- . "A Pesquisa da História Militar Brasileira". In: *Revista da Cultura*, RJ, Ano I, Nº 1, Janeiro a Junho de 2001.

- O estudo da aviação militar nas diversas forças: aviação naval, aviação do Exército e Aeronáutica;
- O impacto das novas tecnologias aeronáuticas nas Forças Armadas, nas doutrinas militares, nos processos de formação educacional, profissional e hierárquico;
- O estudo do pensamento aeronáutico e aeroespacial (papel preponderante do poder aéreo no contexto da Guerra Fria em diante).

Os estudos históricos podem ser ampliados em seu campo de investigação através da incorporação da *guerra* como uma estrutura histórica da tradição ocidental. Ou seja, a *guerra* como constitutiva dos Estados ocidentais antigos e medievais, como uma instância privilegiada dos Estados modernos estamentais e como um componente fundamental das burocracias dos Estados contemporâneos.

É necessário que os estudos históricos valorizem a *guerra* em seus aspectos relacionados diretamente com outras estruturas históricas, como, por exemplo, a *guerra* e a cultura, a sociedade, a religião, a política etc. Por outro lado, a investigação histórica deve incorporar em sua análise os diversos conceitos utilizados na ciência da *guerra*, tais como identificamos nos estudos de estratégia (Liderança, Comando etc.).

Os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais. É importante buscar a incorporação de tais métodos e renovar constantemente o campo de investigação da História Militar.